

DESIGUALDADES SOCIAIS E O ACESSO À ALFABETIZAÇÃO: O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Autores: Maria Clara Saes Cezar¹, Maria Angelica Gomes Maia²

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Faculdade de Educação e Artes, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, mariaclarasaesc@gmail.com ¹, angelicamaia65@outlook.com ²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos das desigualdades sociais no processo de alfabetização em escolas públicas, com foco em contextos de vulnerabilidade. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPE), na Escola Municipal de Ensino Fundamental Integral (EMEFI) Professora Maria Aparecida dos Santos Ronconi, localizada na periferia de São José dos Campos/SP. A metodologia adotada foi qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com a utilização de observações em sala de aula, entrevistas com professores e análise documental. As atividades aplicadas durante a experiência prática revelaram que alunos em situação de vulnerabilidade apresentam dificuldades significativas no processo de aquisição da leitura e da escrita, muitas vezes associadas à ausência de um ambiente alfabetizador em casa, à carência de recursos pedagógicos e à fragilidade do vínculo escola-família. Apesar das adversidades, observou-se o esforço dos professores em adotar práticas significativas e lúdicas que respeitam o tempo e as hipóteses de escrita das crianças, conforme propõem Ferreiro e Teberosky. Os resultados também apontaram um descompasso entre as metas estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a realidade das escolas públicas periféricas, evidenciando a necessidade de políticas educacionais mais equitativas. Conclui-se que a alfabetização em contextos de vulnerabilidade exige práticas pedagógicas sensíveis, formação docente qualificada e compromisso político para assegurar o direito à educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Alfabetização, desigualdade social, vulnerabilidade, escola pública.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas- Educação

Introdução

A alfabetização é um dos pilares fundamentais para a formação do sujeito como cidadão ativo e participante da sociedade. No entanto, no Brasil, o acesso à alfabetização ainda é atravessado por profundas desigualdades sociais, que impactam de forma significativa o processo de aprendizagem, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Crianças oriundas de famílias com baixa renda, com acesso precário à educação de qualidade, à cultura letrada e a ambientes alfabetizadores encontram maiores obstáculos para a aquisição da leitura e da escrita (SOARES, 2004).

Autores como Emília Ferreiro (1999), ao estudar a psicogênese da língua escrita, demonstram que o processo de alfabetização vai muito além do simples domínio do código alfabético, sendo um caminho de construção ativa por parte da criança. No entanto, esse processo é profundamente influenciado pelas condições socioeconômicas e culturais nas quais o aluno está inserido. A ausência de estímulos adequados, a precariedade das escolas públicas, a carência de materiais pedagógicos e a formação insuficiente de professores comprometem o direito à alfabetização plena, acentuando ainda mais as desigualdades já existentes (MORTATTI, 2010).

Além disso, pesquisas mostram que há uma forte correlação entre vulnerabilidade social e baixo desempenho em leitura e escrita, revelando que, mesmo com políticas públicas voltadas para a inclusão educacional, persistem barreiras estruturais que dificultam a efetivação do direito à educação (RIBEIRO, 2020). Assim, discutir os desafios da alfabetização em contextos

de vulnerabilidade é essencial para repensar práticas pedagógicas, políticas educacionais e estratégias de enfrentamento das desigualdades que atravessam o sistema educacional brasileiro.

Este artigo propõe uma análise crítica sobre como as desigualdades sociais impactam o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras, com base em autores clássicos e contemporâneos da área, buscando compreender os limites e as possibilidades de garantir uma alfabetização de qualidade para todos.

Metodologia

Este estudo possui uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de compreender como as desigualdades sociais influenciam o processo de alfabetização em escolas públicas situadas em contextos de vulnerabilidade social. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar a realidade educacional a partir das experiências dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, considerando os fatores sociais, econômicos e culturais que permeiam o cotidiano escolar (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A pesquisa foi realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em uma escola pública municipal de Ensino Fundamental: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Integral (EMEFI) Professora Maria Aparecida dos Santos Ronconi, localizada em região periférica de São José dos Campos/SP. Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram aplicadas atividades voltadas especificamente ao processo de alfabetização, com foco em práticas pedagógicas que considerassem as realidades socioculturais dos estudantes atendidos pela instituição.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: observação participante em sala de aula, com registro em diário de campo; entrevistas semiestruturadas com professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos; e análise documental de planejamentos, relatórios pedagógicos e avaliações diagnósticas. As observações buscaram captar as práticas pedagógicas, os recursos disponíveis e as interações em sala de aula. As entrevistas visaram compreender as percepções dos profissionais sobre os desafios e estratégias relacionados à alfabetização em contextos de vulnerabilidade.

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), com a categorização temática dos registros, buscando evidenciar as relações entre desigualdade social, práticas alfabetizadoras e desempenho dos alunos.

Todos os procedimentos éticos foram respeitados, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sendo os participantes informados sobre os objetivos da pesquisa e garantindo-se o anonimato e o consentimento livre e esclarecido.

Resultados

A partir das observações e das atividades desenvolvidas durante a atuação no PIBID, foi possível identificar diversos fatores que influenciam o processo de alfabetização dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Os dados evidenciam que, embora haja esforços por parte da escola e dos professores, as desigualdades sociais impõem obstáculos significativos à aprendizagem da leitura e da escrita. Durante a aplicação das atividades, notou-se que estratégias baseadas em jogos de linguagem, reconto de histórias, atividades com nomes próprios, alfabeto móvel e leitura compartilhada tiveram melhor aceitação e engajamento por parte dos alunos. Tais práticas favoreceram a participação ativa das crianças e permitiram observar avanços graduais na construção das hipóteses de escrita, conforme proposto por Ferreiro e Teberosky (1999). Por exemplo, crianças inicialmente classificadas no nível pré-silábico passaram a demonstrar compreensão do valor sonoro das letras, indicando evolução para níveis silábicos e silábico-alfabéticos.

A análise documental, especialmente dos planejamentos pedagógicos e das avaliações diagnósticas, reforçou a percepção de que há uma defasagem entre o currículo proposto e a realidade concreta dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Muitos planejamentos não contemplam adequadamente o tempo necessário para o desenvolvimento das hipóteses de escrita, o que pode levar à rotulação precoce de alunos como “fracassados” no processo de alfabetização (SOARES, 2004).

Discussão

Os resultados obtidos a partir da vivência na EMEFI Professora Maria Aparecida dos Santos Ronconi, por meio do Programa PIBID, evidenciam que a desigualdade social interfere de maneira profunda no processo de alfabetização, afetando tanto o ritmo quanto a qualidade da aprendizagem. Ao observar o cotidiano escolar de crianças em situação de vulnerabilidade, nota-se que a ausência de recursos culturais e materiais, somada à fragilidade de vínculos familiares com a escola, limita as oportunidades de desenvolvimento das competências leitoras e escritoras desde os primeiros anos de escolarização.

Esses achados dialogam com os estudos de Ferreiro e Teberosky (1999), que demonstram que a alfabetização é um processo ativo e construído pela criança, que exige tempo, interação com o sistema de escrita e experiências significativas com textos. Quando essas interações são limitadas pela realidade socioeconômica, o processo de aprendizagem se fragiliza. Em contextos de vulnerabilidade, os alunos iniciam a escolarização sem o repertório mínimo necessário para atribuir sentido ao que lhes é apresentado, o que exige práticas pedagógicas diferenciadas e comprometidas com a realidade de cada turma.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de garantir a alfabetização como um direito de todas as crianças, especialmente nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, estabelecendo que ao final do 2º ano o estudante deve estar alfabetizado (BRASIL, 2017). No entanto, os resultados da pesquisa demonstram que cumprir essa meta em escolas públicas localizadas em contextos de desigualdade é um desafio real. A defasagem entre o tempo previsto pela BNCC e o tempo real necessário para que muitas crianças avancem em suas hipóteses de escrita indica a necessidade de uma abordagem mais flexível e centrada no sujeito.

Ainda segundo a BNCC, a alfabetização deve promover o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita com intencionalidade pedagógica, considerando as múltiplas linguagens e os contextos socioculturais dos estudantes. Contudo, como apontam Soares (2004) e Mortatti (2010), muitas vezes as políticas públicas e os currículos escolares não dialogam com a realidade concreta das escolas públicas em regiões periféricas. Essa distância entre a prescrição curricular e as condições reais de ensino reforça a exclusão e perpetua as desigualdades históricas.

Portanto, alfabetizar em contextos de vulnerabilidade social exige uma compreensão crítica do papel da escola como mediadora de saberes e promotora de equidade. Enfrentar as barreiras estruturais não é apenas um desafio pedagógico, mas também político, exigindo investimento público, valorização docente, formação continuada e políticas de inclusão que assegurem às crianças o direito de aprender com dignidade e qualidade.

Conclusão

A presente pesquisa evidenciou que a desigualdade social exerce forte influência sobre o processo de alfabetização nas escolas públicas, especialmente naquelas situadas em contextos de vulnerabilidade. A experiência vivenciada no âmbito do PIBID, permitiu observar de forma concreta como fatores como a escassez de recursos, o baixo repertório cultural inicial dos alunos e a limitada participação familiar impactam diretamente no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Apesar das dificuldades estruturais, foi possível constatar o esforço de professores e demais profissionais da escola em adaptar metodologias, utilizar recursos lúdicos e propor atividades significativas para garantir que todos os alunos avancem em seus percursos de alfabetização. Tais práticas reforçam a ideia de que, mesmo em contextos adversos, é possível promover aprendizagens potentes, desde que haja compromisso pedagógico, sensibilidade à realidade dos estudantes e suporte institucional.

A análise dos dados também apontou um descompasso entre as metas estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as condições reais enfrentadas por muitas escolas públicas. Alfabetizar todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, como previsto na BNCC (BRASIL, 2017), exige não apenas planejamento pedagógico, mas também políticas públicas que enfrentem de forma mais efetiva as desigualdades sociais e garantam os direitos de aprendizagem para todos. Dessa forma, conclui-se que garantir o acesso à

alfabetização em contextos de vulnerabilidade não é apenas uma tarefa da escola ou dos professores, mas uma responsabilidade coletiva que envolve o poder público, as universidades, os programas de formação docente e a sociedade como um todo. É preciso assegurar condições concretas para que todas as crianças tenham o direito de aprender a ler e escrever com qualidade, respeitando seus tempos, trajetórias e contextos.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as **normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 18. ed. São Paulo: Artmed, 1999.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Políticas públicas e alfabetização no Brasil (1930–2007)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 13-30, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/xDVm8f8BtMQjzZRZqZRMkNh/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Desigualdade social e aprendizagem da leitura e escrita: contribuições para o debate**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 40, n. 141, p. 179-192, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/TcPg7m3pMbF9gwWrnshSnw/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.